



INSTITUTO FEDERA

Rio Grande do Sul

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO FIC - BOLSA FORMAÇÃO MULHERES MIL
CONFECCIONADORA DE BOLSAS DE TECIDO**

Porto Alegre, abril de 2024.

**COMPOSIÇÃO DA EQUIPE GESTORA DA UNIDADE
IFRS *Campus* Restinga**

Rudinei Müller

Diretor-geral
direcao.geral@restinga.ifrs.edu.br

Mário Augusto Correia San Segundo
Diretor de Ensino
direcao.ensino@restinga.ifrs.edu.br

Thaís Teixeira da Silva
Diretora de Administração
dap@restinga.ifrs.edu.br

Tadeu Luis Tiecher
Coordenador de Pesquisa e Inovação
coordenacao.pesquisa@restinga.ifrs.edu.br

Jovani Zalamena
Coordenador de Extensão
coordenacao.extensao@restinga.ifrs.edu.br

Divane Floreni Soares Leal
Coordenadora de Desenvolvimento Institucional
coordenacao.di@restinga.ifrs.edu.br

Janice Ribeiro de Souza
Coordenadora de Ensino
coordenacao.ensino@restinga.ifrs.edu.br

SUMÁRIO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO
2. APRESENTAÇÃO DO CURSO

- 3. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE
- 4. JUSTIFICATIVA
- 5. PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO
 - 5.1 Objetivo geral
 - 5.2 Objetivos específicos
 - 5.3 Perfil do curso
 - 5.4 Perfil do profissional do egresso
 - 5.5 Requisitos para o ingresso
 - 5.6 Frequência mínima obrigatória
 - 5.7 Organização curricular
 - 5.7.1 Matriz Curricular
 - 5.7.2 Ementas
 - 5.7.3 Bibliografia Básica
 - 5.8 Metodologias de ensino
 - 5.9 Material didático-pedagógico
 - 5.10 Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem
 - 5.10.1 Conhecimentos prévios
 - 5.10.2 Recuperação
 - 5.10.3 Autoavaliação
 - 5.11 Quadro de pessoal
 - 5.12 Infraestrutura
 - 5.13 Certificação
- 6 CASOS OMISSOS
- 7 REFERÊNCIAS

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Denominação do curso	Confeccionadora de Bolsas em Tecido
----------------------	-------------------------------------

Eixo tecnológico	Produção industrial
Categoria:	Formação inicial (x) Formação continuada ()
Forma	Presencial (x) Semipresencial () A distância ()
Local de oferta	Campus Restinga
Turno(s) de oferta	Tarde
Número de vagas disponíveis	25
Número de alunos por turma	25
Periodicidade da oferta	3 vezes por semana
Carga horária total efetiva	160h
Perfil do público-alvo	Mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social, baixa escolaridade e em situação de violência doméstica

2 APRESENTAÇÃO DO CURSO

A oferta do curso de Confeccionadora de Bolsas de Tecido para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social, baixa escolaridade e em situação de violência doméstica está alinhada ao Programa Mulheres Mil e vislumbra a qualificação profissional e a inserção no mundo do trabalho concomitante ao processo educacional. A oferta do curso está alinhada com proposta de formação inicial e continuada no âmbito do território de atuação do curso, a partir de articulação com lideranças comunitárias locais bem como com a rede de atendimento sócio assistencial do bairro.

No contexto do Campus Restinga do IFRS, este curso busca qualificar as mulheres para a geração de renda e sua emancipação, bem como para atuação em diferentes âmbitos da vida comunitária e profissional. Para além da possibilidade de gerar renda e de atuar na garantia de direitos, o curso tem uma relação com o contexto do bairro Restinga, uma região povoada por expressões artístico-culturais, artesanato e redes colaborativas de economia solidária.

Pensando na realidade do bairro Restinga, na cidade de Porto Alegre, ofertar a formação para o curso de Confeccionador de Bolsas de tecido significa qualificar profissionais para valorizar e difundir práticas locais, manifestações e produções culturais comunitárias e da periferia e fortalecer a economia criativa e solidária, que fazem parte e estão em ascendente crescimento no Bairro Restinga, ampliando o acesso a formas

diversificadas, autônomas, coletivas e colaborativas de organização para o trabalho e geração de renda.

Além da valorização dos potenciais produtivos do território, é preciso ressaltar a importância do atendimento ao público-alvo do projeto, com formação que contemple tanto aspectos relacionados à atuação no mundo quanto para geração de renda. A respeito da situação atual das mulheres da comunidade do Bairro Restinga, segundo dados do ObservaPoa (2010), a média de anos de estudo dos responsáveis por domicílio do bairro é de 5,62 anos quando mulheres; 38,5% da população do bairro é negra e 52,45% mulheres. Em 2012, 30,11% era o percentual de nascidos vivos cujas mães possuíam escolaridade menor que o ensino fundamental, sobre o total de nascidos vivos, sendo a taxa de 35,03% quando adicionamos a intersecção de raça (mães negras com baixa escolaridade); 19,67% era o percentual de nascidos vivos cujas mães tinham 19 anos ou menos, sobre o total de nascidos vivos de mães residentes, sendo 21,19% quando falamos de mães negras adolescentes. Diante desta realidade, a demanda por cursos de formação de mulheres dentro desta metodologia vem ao encontro de políticas para promoção da equidade social.

3 CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul foi criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892, que instituiu, no total, 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no país. A instituição é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e que possui prerrogativas como autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (BRASIL, 2008).

O IFRS foi constituído mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Bento Gonçalves, da Escola Técnica Federal de Canoas e da Escola Técnica Federal de Sertão. Logo após, incorporaram-se ao instituto dois estabelecimentos vinculados a Universidades Federais: a Escola Técnica Federal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Colégio Técnico Industrial Professor Mário Alquati, de Rio Grande. No decorrer do processo, foram federalizadas unidades de ensino técnico nos municípios de Farroupilha, Feliz e Ibirubá e criados os campi de Caxias do Sul, Erechim, Osório e Restinga. Estas instituições hoje fazem parte do IFRS na condição de campus.

Atualmente o Instituto possui 17 campi: Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis e Viamão. A Reitoria é sediada em Bento Gonçalves.

Figura 1: Mapa do Estado do Rio Grande do Sul – Localização dos campi do IFRS.



Fonte: IFRS

O Campus Restinga está estabelecido no extremo sul da cidade de Porto Alegre, no bairro Restinga. É um dos 17 campi do IFRS e se caracteriza pelo papel preponderante da comunidade na sua criação, com a participação ativa de uma comissão comunitária na sua implantação desde o ano de 2006.

A busca da comunidade pela “Escola Técnica Federal de Porto Alegre na Restinga” iniciou em 08 de maio de 2006 com a criação da Comissão Pró-implantação. Esse grupo foi composto por movimentos sociais como militantes da educação, da economia solidária e de organizações não-governamentais (ONGs). A mobilização da comunidade pela construção da escola coincidiu com um contexto nacional de grande valorização da formação profissional e também com investimentos expressivos do Governo Federal.

O Campus Restinga foi contemplado pela chamada Pública 01/2007 SETEC-MEC, que inaugurou o Plano de Expansão da Rede Federal Fase II, cujo objetivo era implantar 150 novas unidades em todo o país até o final de 2010. Esta conquista constituiu uma grande vitória para o município e para a Restinga, garantindo o fortalecimento de políticas públicas para a educação e para a inclusão social.

Em abril de 2008, o então CEFET-BG assumiu a coordenação da implantação do que seria mais uma de suas Unidades de Ensino Descentralizadas. A valorização do diálogo com a comunidade foi fundamental para o início das atividades de implantação. Parte desta conversa resultou na realização de um seminário e, posteriormente, de uma audiência pública para a definição de cursos a serem oferecidos pela instituição.

Com a Lei Nº 11.892/08, que criou os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, a unidade da Restinga passou a ser um Campus do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), um dos três IFs gaúchos.

No ano de 2009 foram realizados seminários e audiências públicas para definir as áreas de atuação do Campus Restinga. Através deste espaço de construção coletiva, foram identificados os arranjos produtivos locais, aprovando os seguintes eixos tecnológicos para o

Campus Restinga: Controle e Processos Industriais; Tecnologia da Informação e Comunicação; Hospitalidade e Lazer; Gestão e Negócios; e Recursos Naturais.

Com isso, o Campus Restinga constitui-se uma nova perspectiva para a qualificação e geração de emprego e renda na região da Restinga. Além disso, através da verticalização de seus cursos possibilita à comunidade local perspectivas de estudo em diferentes níveis de ensino, gerando novas oportunidades profissionais. O dia 26 de junho de 2010 é o marco oficial de início das atividades do campus, em sede provisória alugada, localizada na Estrada João Antônio da Silveira, enquanto o complexo de prédios de sua sede definitiva permanece em obras, no Distrito Industrial da Restinga.

Para contextualizar este histórico é necessário retornar ao movimento de ocupação deste território da Zona Sul de Porto Alegre, que esteve atrelado às políticas de remoção das populações pobres e racializadas do centro da cidade (GAMALHO, 2009) na década de 60. Por ser uma região distante, o bairro Restinga serviu de terreno para onde as populações consideradas não adequadas ao centro da cidade fossem despejadas. No final da década de 1960, o Estado deu início às políticas de remoção das vilas e favelas do centro da cidade de Porto Alegre. Esta política consistiu na remoção das casas das famílias pobres que habitavam esses locais e que não tinham condições de adquirir terrenos próximos ao centro. As primeiras remoções deram origem ao que atualmente corresponde ao bairro da Restinga. O intenso deslocamento populacional rumo à Restinga levou ao surgimento de ocupações espontâneas. Assim, a parte planejada pelo poder público tornou-se conhecida popularmente como Restinga Nova, em face à Restinga Velha, caracterizada por casas autoconstruídas e por maiores concentrações de aglomerados e favelas. A Vila Restinga, como foi chamada inicialmente, era uma área alagadiça cercada de mata virgem e desprovida dos recursos mais básicos, tais como redes de água e iluminação, escolas, transporte e postos de saúde.

Desde então, apesar da multiplicidade de saberes complexos que circulam pelo bairro da Restinga, por ser lugar que abriga uma parte significativa do povo negro de Porto Alegre, o bairro da Restinga continua sendo o cenário onde práticas de racismo, preconceito e exclusão social seguem sendo balizadas. Por estas razões, a região possui características bem peculiares em relação aos demais bairros da cidade de Porto Alegre. O bairro Restinga convive com o grave problema de vulnerabilidade social, resultado de um longo período de negligência do poder público. De acordo com o ObservaPOA (2010), a Restinga possui 60.729 habitantes (quantitativo contestado pela comunidade), representando 4,31% da população do município. Os 38,56 km² ocupados pelo bairro representam 8,10% da área do município, sendo sua densidade demográfica de 1.574,92 habitantes por km². A taxa de analfabetismo é de 4,03% e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 2,10 salários-mínimos (FERREIRA e MENEZES, 2017). O abandono escolar na Restinga é de 20,82%, de acordo com dados do ObservaPOA (2010), o maior do município de Porto Alegre, que possui média de 8,8%. A aprovação no ensino fundamental, por outro lado, é de 85,47%, e a média encontra-se em 84,7%. Essa explanação se faz necessária, pois esses

dados colocam o *Campus Restinga* como importante agente de transformação da realidade educacional formativa e profissional do bairro.

Ao mesmo tempo em que o bairro Restinga sofre as consequências da higienização social promovida até os dias de hoje, com a gentrificação dos territórios centrais e a especulação imobiliária, este território é palco de diversificadas manifestações culturais, sociais e econômicas, como um hospital, redes de economia solidária, escolas de samba, pontos de cultura, coletivos de artesanato, além de uma gama de entidades e instituições que atuam desde a assistência social, até o empreendedorismo feminino. Dentro deste contexto, o *Campus Restinga* se insere como uma alternativa para formação não apenas de moradores do bairro, mas como interlocutor para promoção do desenvolvimento local, não apenas pelos cursos de educação formal, mas a partir de projetos de ensino, pesquisa e extensão, cursos de formação inicial e continuada, formação de mulheres, cursos de extensão, além de articulação com o poder público em busca de melhorias nas condições do bairro, em especial, quanto ao transporte público e geração de renda.

4 JUSTIFICATIVA

Na experiência do *Campus Restinga* com o Programa Mulheres Mil em anos pregressos, tivemos a oportunidade de verificar a relevância de ações que trabalhem dentro da metodologia do programa Mulheres Mil. Mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica e em situação de violência de gênero historicamente são isoladas dos processos de ensino institucionalizados e formais. Para além da formação profissionalizante que pretende a emancipação econômica a partir de novas perspectivas de geração de renda e autonomia financeira, a metodologia do Programa Mulheres Mil atua no sentido de resgatar as potências dentro das trajetórias de vida destas mulheres, exercendo um papel importante em seu empoderamento e na mitigação das desigualdades sociais. A (re)introdução do contato com uma educação formal, a partir de cursos de formação inicial e continuada, tem relevância no contexto de alijamento dos públicos vulneráveis nos espaços de saber formalizados, no sentido da retomada dentro de uma metodologia acessível para continuação dos estudos. As comunidades a serem atendidas se constituem em coletivos de mulheres, associações e entidades do bairro que trabalham com Economia Solidária, cultura, assistência social, bem como associações de moradores.

A atividade econômica de Porto Alegre está concentrada nos setores de serviços, comércio e numa menor proporção na produção industrial. O mesmo se dá no bairro Restinga. É possível perceber que as atividades produtivas do bairro se dão com base no microempreendedorismo individual e serviços autônomos, além de pequenos comércios, e na forma de cooperativas e coletivos. A produção cultural também é bastante intensa, e muitos moradores trabalham em outros bairros e até mesmo outras cidades da região metropolitana de Porto Alegre. Outro aspecto bastante importante do bairro são as ações sociais e escolas de educação infantil, além de uma maior participação em ações relacionadas ao curso de Agroecologia, com projetos e cursos em hortas urbanas junto às

comunidades. Desta forma, são múltiplas as possibilidades de formação profissional, dentre as quais damos especial atenção às que promovam emancipação econômica e empoderamento social a partir da ação coletiva e da diversidade cultural, com especial atenção aos processos precarizados de escolarização.

As comunidades a serem atendidas se constituem em coletivos de mulheres, associações e entidades do bairro que trabalham com Economia Solidária, cultura, assistência social, bem como associações de moradores. O Campus Restinga possui histórica ligação com os movimentos sociais e coletivos do bairro, tendo diversos projetos de extensão atuando junto a comunidades como a da Comunidade Vida Nova, Quinta Unidade, Chácara do Banco, Vila Castelo e Restinga Velha, entre outros. Além disso, temos uma proximidade bastante intensa com os serviços de assistência social localizados no bairro, em que ações são desenvolvidas junto às usuárias. Além disso, temos uma relação bastante próxima às Promotoras Legais Populares, que trabalham aspectos relacionados à violência doméstica com mulheres nesta condição.

Por estarmos situados em um bairro de periferia da cidade de Porto Alegre, historicamente excluído dos processos institucionalizados e com precariedade de condições de habitação, saúde e geração de renda, a proposta ora apresentada ganha maior relevância. Programas como o Mulheres Mil, aplicados em comunidades como a do bairro Restinga, segregadas, porém potentes e mobilizadas, ganham um contorno de resgate da missão dos IFs, de democratização do acesso à educação e desenvolvimento local.

5 PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

5.1 Objetivo Geral

O curso de Confeccionadora de bolsas de tecido, vinculado ao Programa Mulheres Mil, objetiva:

- Formar mulheres, em especial em situação de vulnerabilidade social, baixa escolaridade ou em situação de violência doméstica, para o trabalho, nas formas coletivas e auto-gestionadas, geração de renda e atuação comunitária, bem como uma formação cidadã em direitos humanos e das mulheres, com valorização e reconhecimento dos seus saberes pregressos e de suas trajetórias de vida, oportunizando uma qualificação técnico de nível inicial que oportunize autonomia na geração de renda individual e coletivamente.

5.2 Objetivos Específicos

- Promover empoderamento, autonomia e identificação de situações de quebra de direitos e violência, bem como oportunizar ferramentas para atuação nas diferentes situações da vida;

- Proporcionar educação em temáticas transversais como educação anti-racista, combate à violência de gênero, direitos das mulheres e saúde reprodutiva e segurança alimentar;
- Qualificar tecnicamente mulheres para atuação no mundo do trabalho, seja de forma autônoma, coletiva ou subordinada, com reconhecimento de direitos e deveres;
- Estimular a elevação no nível de escolaridade das mulheres participantes do curso, bem como de suas comunidades;
- Propiciar condições para a melhora na qualidade de vida das participantes do curso;
- Compreender e utilizar diferentes técnicas de confecção de bolsas de tecido, desde a costura até a customização, bem como a utilização de materiais adequados às diferentes técnicas;
- Fazer verificação de qualidade das peças produzidas, precificação e comercialização, bem como identificação e atendimento ao público consumidor;
- Estimular formas coletivas, solidárias, ecológicas e sustentáveis de organização produtiva, do trabalho e comercial, com reconhecimento dos direitos e deveres na atividade;
- Promover a ética profissional, estimulando a análise da dinâmica das relações no ambiente de trabalho;
- Estimular as estudantes para atuação na transformação de vida pessoal, profissional, familiar e comunitárias como sujeitas ativas de sua própria trajetória;
- Promover o reconhecimento de saberes pregressos, bem como oriundos do mundo do trabalho e estudos informais das estudantes;
- Proporcionar educação financeira e de diferentes linguagens que contribuam para uma melhor colocação da estudante no mundo.

5.3 Perfil do curso

O curso de Confeccionadora de bolsas de tecido será formado por disciplinas de formação geral e de formação técnica para atuação em comunidade e no mundo do trabalho, em formas coletivas e autogestionárias de organização, totalizando 160 horas presenciais. O curso é destinado ao público de mulheres acima de 18 anos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, violência doméstica ou baixa escolaridade, bem como cadastradas no CadÚnico do Governo Federal.

A organização do curso prevê uma formação que ocorra tanto no nível da qualificação de saberes práticos e profissionais para a execução da atividade produtiva quanto para a construção e reconhecimento de saberes voltados para o exercício da cidadania, em especial para atuação comunitária em temáticas como gênero, racismo e direitos humanos.

Do ponto de vista da qualificação profissional, a egressa deve estar qualificada para confeccionar bolsas de tecido com técnicas diversas, desde a modelagem, o corte, e costura, manualidade até decoração. Além do quesito técnico, as egressas terão conhecimentos

acerca do mundo do trabalho em suas formas coletivas e direitos trabalhistas, incentivando formas alternativas e auto-gestionadas de geração de renda na comunidade bem como uma colocação no mundo do trabalho atenta aos direitos das trabalhadoras.

Da perspectiva da formação para a cidadania, espera-se que as egressas adquiram conhecimentos sobre direitos humanos, das mulheres, sociais e culturais, fomentando sua articulação com a atuação comunitária no sentido de coletivizar os conhecimentos adquiridos no curso, e reconhecendo o valor dos seus saberes e trajetórias de vida. A segurança alimentar, saúde da mulher e qualidade de vida são eixos transversais, traduzindo-se na expectativa de melhora do autocuidado como forma de estar no mundo e potencializar sua atuação transformadora tanto no nível individual quanto coletivo.

5.4 Perfil do profissional do egresso

A egressa do curso FIC de Confeccionadora de Bolsas de tecido, na modalidade presencial, deve estar qualificada para atuar nas atividades relativas à confecção e serviços para atuação no mundo do trabalho e em sua comunidade, em especial, executar operações de modelagem, corte e costura para produção de bolsas em tecido. Além das habilidades específicas da qualificação profissional, a egressa deve estar apta para atuação ética em processos coletivos e de economia solidária, compreendendo os processos que envolvem o mundo do trabalho e seu entorno sociocultural, e percebendo-se como agentes sociais que intervêm na realidade, com autonomia, iniciativa, criatividade e compromisso com a transformação social.

5.5 Requisitos para o ingresso

O curso de Confeccionadora de Bolsas de Tecido vai priorizar mulheres a partir de 18 anos, chefes de família, em situação de vulnerabilidade, extrema pobreza, desempregadas ou autônomas, cadastradas ou em processo de cadastramento no CadÚnico, com as seguintes características: em vulnerabilidade e risco social, em situação de violência doméstica, baixa escolaridade, maior número de filhos, com baixa ou nenhuma renda, preferencialmente, com o Ensino Fundamental I (1º a 5º) completo. O acesso dar-se-á por meio de edital simplificado de seleção em que os requisitos serão pontuados de acordo com o contexto social em que o campus está inserido.

5.6 Frequência mínima obrigatória

A frequência mínima obrigatória estabelecida é de 75% da carga horária do curso para aprovação em cada módulo/grupo de disciplinas, a saber 75% de frequência no módulo de formação geral e 75% do módulo de formação para o mundo do trabalho.

A aluna que faltar alguma aula ou ultrapassar o percentual de 25% de faltas poderá justificá-las através de documento que comprove uma das seguintes situações: a) situações

que sempre justificarão ausência: problema de saúde, através de atestado médico ou de comparecimento à consulta médica ou odontológica; ou convocação pelo Poder Judiciário ou Justiça Eleitoral; e b) situações limitadas a 4 (quatro) ocorrências ao longo do curso: atestado de trabalho, atuação em ação comunitária ou participação em evento/palestra com certificação relacionado às temáticas do curso. A cópia dos comprovantes ficará arquivada no portfólio da estudante. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Programa e Supervisão do Curso no âmbito do campus.

O controle de frequência é de responsabilidade do docente de cada disciplina, devendo ser registrado a cada aula ministrada no diário de classe que será disponibilizado de forma virtual. O registro da frequência se dará conforme carga horária do período de aula (1h/aula = 1 registro).

5.7 Organização curricular

5.7.1 Matriz Curricular

A Matriz Curricular do *Curso de Confeccionadora de bolsas de tecido* está organizada em 05 módulos/disciplinas, contemplando 160 horas, distribuídas em disciplinas profissionalizantes que priorizam conteúdos voltados à formação profissional e tecnológica, com ênfase no fazer da Confeccionadora de bolsas de tecido – totalizando 70 horas – e formação geral, que visam somar conhecimentos aos que as alunas já adquiriram em sua vida – 90 horas.

Os módulos 01, 02, 03 e 05 fazem parte das disciplinas de formação geral, e o módulo 04 das disciplinas profissionalizantes, sendo que as mesmas serão ofertadas de forma concomitante, contemplando uma tarde e meia de disciplina profissionalizante e uma tarde e meia de disciplinas dos módulos de formação geral por semana, de forma a atender os objetivos propostos para a formação da Confeccionadora de bolsas de tecido.

	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA A	SUB TOTAL
Módulo 01	IDENTIFICAÇÃO DAS COMUNIDADES E DO PERFIL SITUACIONAL DAS MULHERES	Carga Horária não somada a Carga Horária Total	
	OFICINA DE CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DO MAPA DA VIDA (Responsável: Equipe Multidisciplinar Sistêmica qualificada, no início do curso)	Carga Horária não somada a Carga Horária Total	
Módulo	GÊNERO, RAÇA E DIREITOS HUMANOS	18h	18h

Io 02	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	20h	20h
	EXPRESSÃO CORPORAL E VERBAL (Interdisciplinar - em todos componentes curriculares)	---	---
Subtotal:			38h
Módu Io 03	COMUNICAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL	18h	18h
	MATEMÁTICA E INCLUSÃO DIGITAL	08h	08h
Subtotal:			26h
Módu Io 04	FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA -CONFEÇÃO DE BOLSAS DE TECIDO	70h	70h
Módu Io 05	MUNDO DO TRABALHO: DIREITOS, DEVERES E COLETIVIDADE	26h	26h
Subtotal:			96h
Total:			160h

5.7.2 Ementas

Disciplina	Conteúdo
IDENTIFICAÇÃO DAS COMUNIDADES E DO PERFIL SITUACIONAL DAS MULHERES	Durante a construção do PPC e dos editais de seleção de mulheres, com representantes da comunidade.
OFICINA DE CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DO MAPA DA VIDA	Reflexão sobre a sua própria trajetória individual, familiar, coletiva, profissional, a partir da metodologia de construção do mapa da vida e início do desenvolvimento de um portfólio pessoal. Uso de diferentes linguagens como meio de expressão, comunicação, diálogo e autoconhecimento.
GÊNERO, RAÇA E DIREITOS HUMANOS	Noções relacionadas aos conceitos de gênero, raça, direitos humanos, direitos da criança e do adolescente, direitos das mulheres, feminismo, interseccionalidade, violência contra as mulheres e rede de atendimento. Articulação dos conceitos teóricos com as experiências e trajetórias das estudantes. Ética

	e relações interpessoais.
SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	Saúde da mulher, cuidados de si, conceito de saúde relacionado a determinações sociais, redes de atenção à saúde, linhas de cuidado e acesso, promoção de saúde, saúde mental, prevenção de doenças. Segurança alimentar e nutricional. Noções de Biossegurança. Saúde da trabalhadora e boas práticas para prevenção de acidentes e adoecimento de trabalho.
EXPRESSÃO CORPORAL E VERBAL (Interdisciplinar - em todos componentes curriculares)	Compreensão das habilidades de comunicação e expressão corporal e verbal. Utilização de diferentes linguagens como forma de expressão na transmissão de mensagens, histórias e emoções em contextos diversos. Comunicação corporal em ambientes de trabalho, entrevistas, apresentações, reuniões e espaços coletivos.
COMUNICAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL	Noções de manuseio de computador e acesso à internet. Uso de e-mail, drive e documento. Produção textual a partir do uso de tecnologias para inclusão digital. Elaboração de portfólio, currículo, edição gráfica ou outro instrumento relacionado ao mundo do trabalho ou educação formal. Uso de redes sociais aplicado ao mundo do trabalho.
MATEMÁTICA E INCLUSÃO DIGITAL	Matemática Aplicada ao uso em negócios, como precificação. Noções de Educação Financeira, a partir do uso de tecnologias para inclusão digital.
FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA CONFEÇÃO DE BOLSAS DE TECIDO	Introdução e técnicas da modelagem, corte e costura de bolsas de tecido. Tipos de tecidos e sentido do fio. Apresentação de diversas técnicas de costura de bolsas, com utilização de máquina de costura, costura manual, com material reutilizado (upcycling), com malha, customização, artesanato, bordado, pintura, carimbo, apliques. Manuseio de máquina de costura. Acabamentos finos em costura à mão.
MUNDO DO TRABALHO: DIREITOS, DEVERES E COLETIVIDADE	Direitos e deveres das trabalhadoras, ética e cidadania, cooperativismo, associativismo, economia solidária, sustentabilidade, economia em rede, formas colaborativas e coletivas de empreendimentos e empreendedorismo social. Visitas técnicas em espaços de economia solidária composto por mulheres.

5.7.3 Bibliografia Básica

Disciplina	Bibliografia
<p>IDENTIFICAÇÃO DAS COMUNIDADES E DO PERFIL SITUACIONAL DAS MULHERES</p>	<p>BATISTA, A. C. O. et al. Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito. Brasília: Ministério da Educação, 2011.</p> <p>GOES, Emanuelle Freitas. Raça, gênero, etnia e direitos humanos / Emanuelle Freitas Goes, Diogo Sousa. - Salvador: UFBA, Faculdade de Direito; Superintendência de Educação a Distância, 2020. 59 p. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/568267/2/eBook-Raca%2C%20Genero%2C%20Etnia%20e%20Direitos%20Humanos.pdf.</p> <p>TAVARES, P. M.; ARAUJO, J. J. O Programa Mulheres Mil como uma Possibilidade de Autonomia para Mulheres em Vulnerabilidade Social. Relacult-Revista Latino-americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 4, 2018.</p> <p>TOURAINÉ, A.; KHOSROKHAVAR, F. A busca de Si: diálogo sobre o sujeito. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.</p>
<p>OFICINA DE CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DO MAPA DA VIDA</p>	<p>BRASIL. Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 23 fev. 2024.</p> <p>GONZALES, L. Por um feminismo afro latino americano: ensaios, intervenções e diálogos. 1ª ed. Rio de Janeiro; Zahar, 2020.</p> <p>MEIRELES, M. Mulheres mil no IFRN-campus Caicó: tecendo saberes e práticas emancipatórias. 2022.</p> <p>PICHON-RIVIÈRE, E. Teoria do Vínculo. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.</p> <p>ROSA (Org.) Mulheres Mil: do sonho à realidade. Brasília: Ministério da Educação, 2011.</p>

	<p>ROSA, S. M. Reconhecimento de saberes no Programa Mulheres Mil: entre a colonialidade do poder e de gênero. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2016.</p> <p>VIANA, S. W. Programa Mulheres Mil: a educação profissional contribuindo para a redução da desigualdade social e econômica das mulheres e seu resgate social. Tese (Doutorado em Educação em Ciências: química da vida e saúde). UFRGS: Porto Alegre, 2019.</p> <p>TAVARES, P. M.; ARAUJO, J. J. O Programa Mulheres Mil como uma Possibilidade de Autonomia para Mulheres em Vulnerabilidade Social. Relacult-Revista Latino-americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 4, 2018</p>
<p>GÊNERO, RAÇA E DIREITOS HUMANOS</p>	<p>ALMEIDA, S. L. de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.</p> <p>AZEREDO, VG. Entre paredes e redes: O lugar da mulher nas famílias pobres. Serv. Soc. Soc. 2010; 103:576-590.</p> <p>BANDEIRA, Lourdes. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. Sociedade e Estado, v. 24, n. 2, pp. 401-438, ago. 2009. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-69922009000200004.</p> <p>BENTO, Cida. O pacto da branquitude. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2022.</p> <p>BERTH, Joice. O que é empoderamento? (Feminismos Plurais). Belo Horizonte, MG: Editora Letramento: Justificando, 2018. Edição do Kindle.</p> <p>BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. Dados Revista Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 59, n. 3, pp.719-754, jul.-set. 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/00115258201690.</p>

	<p>CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade social no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.</p> <p>COLLINS, Patricia Hill; BILGE, SIRMA. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021.</p> <p>GONZALES, L. Por um feminismo afro latino americano: ensaios, intervenções e diálogos. 1ª ed. Rio de Janeiro; Zahar, 2020.</p> <p>LÜCHMANN LHH, Almeida CCR. A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. Rev. Katálysis 2010; 13(1):86-94. 8.</p> <p>OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(2): 440, p. 305-332, maio-agosto/2008.</p> <p>PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (organizadoras). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013.</p> <p>PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.</p> <p>PRÁ JR, Epping L. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. Estudos Feministas 2012; 20(1): 33-51. 9.</p> <p>SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade, v. 20, n. 2, 71-99, jul./dez., 1995.</p> <p>SILVA, Thaís Teixeira da. A emergência das mulheres na ação comunitária: narrativas, feminismos e direitos humanos. Porto Alegre, 2019.</p> <p>SOUSA, Sávia Lorena Barreto Carvalho de; NERY, Inez Sampaio. Peso de ser mulher: as políticas públicas na conciliação entre lar e trabalho. Revista FSA, Teresina, PI., v.16, n.2, art. 16, p. 296-317, mar./abr. 2019.</p>
--	--

<p>SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA</p>	<p>BERTI, R. A. L. (Org.). Saúde da Mulher: qualidade de vida, prevenção, tratamento e cura. Assis Editora, 1ª edição, 2017. 256p.</p> <p>BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria Nº 1.823, de 23 de agosto de 2012 - Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora - PNSTT Disponível em 29 de março de 2024 <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html></p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS. 3. Ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017.</p> <p>BRASIL, Ministério da Saúde. Articulação das Redes de Atenção à Saúde e APS. Disponível em 19 de março em <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/redes-de-atencao-a-saude></p> <p>BRASIL. Portal Saúde: Disponível em: http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/saude-para-voce</p> <p>BURLANDY L, Maluf RS. Soberania alimentar: dimensões de um conceito em construção e suas implicações para a alimentação no cenário contemporâneo. In: Taddei JA, Lang RMF, Longo-Silva G, Toloni MHA, editores. Nutrição em saúde pública. Rio de Janeiro: Rubio; 2011. p. 457-459.</p> <p>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Segurança Alimentar 2004/2009. Rio de Janeiro: IBGE; 2010.</p> <p>LEMES, A. G., Nascimento, V. F. do, Rocha, E. M. da, Silva, L. S. da, Almeida, M. A. S. O., Volpato, R. J., & Luis, M. A. V. (2020). A terapia comunitária integrativa no cuidado em saúde mental: revisão integrativa. <i>Revista Brasileira Em</i></p>
---	---

	<p><i>Promoção Da Saúde</i>, 33. https://doi.org/10.5020/18061230.2020.10629</p> <p>LOPES, M C.R et Al. Como podemos trabalhar com promoção da saúde? Educação em saúde - material didático para formação técnica de agentes comunitários de saúde. Fiocruz</p> <p>MACHADO, CJS., SANTIAGO, IMFL., and NUNES, MLS., orgs. Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2010. 256 p. ISBN 978-85-7879-038-7.</p> <p>OLIVEIRA LIMA, A. C., Vieira Lima, R. S., & Augusta da Silva, J. M. (2016). GÊNERO FEMININO, CONTEXTO HISTÓRICO E SEGURANÇA ALIMENTAR. <i>DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde</i>, 11(3), 789–802. https://doi.org/10.12957/demetra.2016.22511.</p> <p>ROSENBERG, Marshall. Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. Agoora Editora: São Paulo, 2006.</p> <p>SILIPRANDI, E. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. In: Petersen P, organizador. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA; 2009. p. 139-151.</p> <p>VASCONCELOS, Michele de Freitas Faria de; FELIX, Jeane; GATTO, Graziela Maria da Silva. Saúde da mulher: o que é poderia ser diferente? Rev. psicol. polít., São Paulo , v. 17, n. 39, p. 327-339, ago. 2017 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200011&lng=pt&nrm=iso>.</p>
<p>EXPRESSÃO CORPORAL E VERBAL (Interdisciplinar - em todos componentes curriculares)</p>	<p>BAITELLO JÚNIOR, Norval. Comunicação, mídia e cultura. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 12, n. 4, 1998. Disponível em: <http://bit.ly/1c7mNyU>. Acesso em: 20 fev 2024.</p> <p>FERREIRA, Francisco Romão. A produção de sentidos sobre a</p>

	<p>imagem do corpo. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 12, n. 26, p. 471- 483, jul./set. 2008. Disponível em: <http://bit.ly/16xuXRt>. Acesso em: 20 fev 2024.</p> <p>PEASE, Allan; PEASE Barbara. A linguagem corporal no trabalho – como causar uma boa impressão e se destacar na carreira. Rio de Janeiro: Sextante, 2013.</p> <p>WEIL, P. O corpo fala: A linguagem silenciosa da comunicação não verbal. 74. Ed. Editora Vozes. 2015.</p>
<p>COMUNICAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL</p>	<p>AMADEU, Claudia Vicci; SILVA, Jorge Luiz da; MANOCHIO-PINA, Marina Garcia. Inclusão digital e suas relações com o empoderamento, a qualidade de vida e o bem-estar. Aletheia, Canoas , v. 55, n. 1, p. 207-223, jun. 2022 .</p> <p>BRASIL. O que é o GOV.BR. Serviços e informações do Brasil, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/sobre</p> <p>CARVALHO, G.; LOTITO, A. Tecnologias de acesso à Internet. São Paulo: Novatec, 2005.</p> <p>COSTA, E. A. 0 BrOffice.org: da teoria à prática. São Paulo: Brasport, 2007.</p> <p>MARÇULA, M; BENINI FILHO, P. A. Informática: conceitos e aplicações. São Paulo: Érica. 2010.</p> <p>ROSA, Stela; CERNY, Roseli Zen; ESPINDOLA, Marina Bazzo de. Inclusão digital para mulheres em situação de vulnerabilidade social: a percepção dos formadores. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 18, n. 58, p. 798-817, jul. 2018 .</p>
<p>MATEMÁTICA E INCLUSÃO DIGITAL</p>	<p>AMADEU, Claudia Vicci; SILVA, Jorge Luiz da; MANOCHIO-PINA, Marina Garcia. Inclusão digital e suas relações com o empoderamento, a qualidade de vida e o bem-estar. Aletheia, Canoas , v. 55, n. 1, p. 207-223, jun. 2022 .</p> <p>ASSEF, Roberto. Guia prático de formação de preços: aspectos mercadológicos, tributários e financeiros para</p>

	<p>Pequenas e Médias Empresas. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.</p> <p>BEULKE, R., BERTÓ, D. J. Precificação: sinergia do marketing e das finanças. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>CASTANHEIRA, Nelson P. Noções básicas de matemática comercial e financeira. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 4ª edição. 2012.</p> <p>FONSECA, M. C. R.F. Educação Matemática de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Brasil: Paz e Terra, 1997.</p> <p>ROSA, Stela; CERNY, Roseli Zen; ESPINDOLA, Marina Bazzo de. Inclusão digital para mulheres em situação de vulnerabilidade social: a percepção dos formadores. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 18, n. 58, p. 798-817, jul. 2018 .</p> <p>SHITSUKA, R., SHITSUKA, R. I. C. M., SHITSUKA, D. M., SHITSUKA, C. C. D. M. Matemática fundamental para tecnologia. São Paulo: Editora Érica, 1ª edição.</p> <p>BIAGIO, L. A. Como calcular o preço de venda. Barueri, SP: Manole, 2012.</p>
<p>FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - CONFEÇÃO DE BOLSAS DE TECIDO</p>	<p>ALMEIDA, Mariana Brito de, et al. Desenvolvimento de uma linha de bolsas como produto de moda. Brasília: UnB, 2014.</p> <p>CREPALDI, Maria Aparecida da Silva. A confecção de bolsas como processo pedagógico interdisciplinar na EJA. Florianópolis: Respositório IFSC, 2015.</p> <p>DAL MAS, Salete, et.al. Dossiê técnico: Modelagem de bolsas em tecido. Porto Alegre: Senai/RS, 2011.</p> <p>DANIEL, Maria Helena. Guia Prático dos tecidos. Osasco/SP: Novo Século Editora, 2011.</p>

	<p>DUARTE, Sonia e SAGGESE, Sylvia. Modelagem industrial brasileira. 4. ed. Rio de Janeiro: Guarda-roupa, 2008.</p> <p>OLIVETE, Ana Luiza. Fundamentos de Costura: acabamentos. LK Editora, 2011.</p> <p>PEZZOLO, Dinah Bueno. Tecidos: história, tramas, tipos e usos. 2. ed. São Paulo: Senac, 2009.</p> <p>REVISTA MANEQUIM. Guia completo da Costura. São Paulo: Editora Abril, 7ª edição, 2012.</p> <p>SMITH, Alison. Corte e Costura. Publifolha Editora, 2013.</p> <p>TAILLEFERRE, CATHERI. Curso de Corte e Costura. Editora Ediouro, Rio de Janeiro, 2000.</p> <p>TENGLER-STADELMAIER, Heidemarie. Burda: a costura tornada fácil. Slovênia: VerlagAenneBurdaGmbh, 2002.</p>
<p>MUNDO DO TRABALHO: DIREITOS, DEVERES E COLETIVIDADE</p>	<p>ALMEIDA, C., Lüchmann, L., & Ribeiro, E.. (2012). Associativismo e representação política feminina no Brasil. Revista Brasileira De Ciência Política, (8), 237–263. https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000200009</p> <p>DAGNINO, Renato. Tecnologia Social como ferramenta de mudança. Jornal da Unicamp. Campinas, 28 de maio a 10 de junho de 2012. Disponível em:<Tecnologia Social como ferramenta de mudança>. Acesso em 16 fev 2024.</p> <p>CHAUÍ, M; SANTOS, B. S. Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>DEDECCA, CS, Ribeiro CSMF, Ishii FH. Gênero e jornada de trabalho: análise das relações entre mercado de trabalho e família. Trab. Educ. Saúde 2009 7(1):65-90</p> <p>GOHN, Maria da Glória. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no</p>

	<p>processo democrático. Revista Política e Sociedade, Florianópolis, SC, v.6, n.11, p. 41-70, out. 2007.</p> <p>SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Cia das Letras, 2019.</p> <p>SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.</p> <p>SOUZA, André Ricardo; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (org). Uma outra economia é possível - Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Editora Contexto, 2003.</p> <p>THEODORO, MÁRIO. A sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil. Ed.Zahar, 2022.</p>
--	--

5.8 Metodologias de ensino

A metodologia de ensino se baseará no sistema de acesso, permanência e êxito, já estabelecido no Programa Nacional Mulheres Mil, considerando atividades teóricas e práticas, objetivando a construção de novos conhecimentos e saberes articulados com os saberes e experiências pregressos das estudantes. Serão utilizadas metodologias ativas, em formato de oficinas, rodas de conversa, saídas técnicas, entre outras metodologias. Cada disciplina, dentro do seu contexto, deverá articular os conceitos teóricos com exemplos práticos das experiências de vida das estudantes, buscando a interlocução do conhecimento acadêmico e profissional com suas trajetórias de vida, buscando aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem.

O docente de cada módulo deverá elaborar e apresentar um plano de ensino referente a sua disciplina/módulo, contemplando informações relacionadas às temáticas e metodologias abordadas para execução das aulas.

A partir da metodologia de acesso, permanência e êxito, ao longo do curso são realizadas ações de sensibilização, visando incluir as alunas novamente no ambiente escolar, buscando, com isso, a elevação da escolarização das mesmas.

O curso contará também com a realização de uma exposição dos materiais confeccionados ao longo do curso, organizada pelas estudantes.

5.9 Material didático-pedagógico

Será elaborada ao longo das aulas uma cartilha referente à formação geral e profissional para ser disponibilizada às estudantes, de maneira gradativa. Para além deste material escrito, os materiais pedagógicos a serem utilizados serão os utilizados nas aulas práticas, tais como: máquinas de costura, tesoura, linhas de bordado e costura, alfinetes, agulhas de costura e de bordado, tecido, tinta para tecido, fita métrica, papel pardo, canetões, canetas, cola, cadernos, pincéis, stencil, EVA, espuma/esponja de louça, régua, estilete, jogos de esquadro, materiais reciclados, fita adesiva (dupla-face), pistola e bastão de cola quente.

5.10 Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem

A avaliação da aprendizagem é contínua, cumulativa e diagnóstica, consistindo num conjunto de ações que permitem analisar e compreender a constituição dos saberes adquiridos pela aluna, visando o planejamento de novas ações para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a prevalência será dos aspectos qualitativos, sobre os quantitativos. A compreensão de avaliação, que baliza o processo ensino-aprendizagem do Curso, centra-se no movimento de ação-reflexão-ação, primando pela participação de todos os sujeitos envolvidos. Dentre os instrumentos passíveis de aferir os aspectos qualitativos da avaliação das estudantes deverão ser considerados, entre outros: frequência e participação; e realização das atividades solicitadas pelos docentes em sala de aula ou como tarefa extraclasse. Além disso, será computada a participação na elaboração da exposição ao final do curso.

Durante o período letivo do curso as alunas desenvolverão no mínimo duas avaliações referentes ao curso, aos docentes e ao seu desenvolvimento próprio. Sendo esta uma atividade desenvolvida pelo supervisor e/ou o orientador pedagógico.

A expressão dos resultados da aprendizagem, será por meio de conceitos expressos pelos símbolos alfabéticos: S = suficiente, representando percentual igual ou superior a 70% de aproveitamento de conteúdo do curso; e I= Insuficiente, representando percentual abaixo de 70% de aproveitamento de conteúdo do curso. O conceito final será resultado das várias atividades desenvolvidas e dos instrumentos avaliativos aplicados. O mesmo, será expresso através das avaliações realizadas no decorrer do curso.

Para fins de aprovação, será observado, além da frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), o conceito final igual a S= suficiente.

5.10.1 Conhecimento prévio

Os conhecimentos prévios das estudantes serão aferidos a partir da participação em aula e comporão o portfólio da estudante, mas não deverão ser utilizados para fins de equivalência de conhecimentos para disciplinas.

5.10.2 Recuperação

Não será disponibilizada atividade de recuperação específica quanto aos conteúdos abordados em sala de aula. A recuperação de conhecimentos ocorrerá de forma processual ao longo das aulas. Os professores deverão retomar os conteúdos no início de cada disciplina, além de disponibilizar formas de atendimento a dúvidas das estudantes.

5.10.3 Autoavaliação

Os processos de autoavaliação são importantes em programas como o Mulheres Mil. O reconhecimento como protagonista de sua trajetória de vida precisa ser reforçado junto às participantes com o processo de autoavaliação no curso e os impactos deste em suas trajetórias. Através de metodologia ativa ao longo curso, o processo de autoavaliação das participantes tem início com a criação e alimentação de um portfólio, constituído a partir de suas trajetórias de vida, saberes e conhecimentos pregressos e adquiridos durante o curso, que possibilitem uma reflexão-ação de novas perspectivas individuais e coletivas, pessoais, formativas, profissionais e comunitárias. Essa construção pode se dar a partir de diferentes ferramentas e tipos de linguagem de acordo com a trajetória de cada estudante, tais como: elaboração de autorretratos em desenho, pintura, imagem, música, vídeo, fotografia ou outros; entrevistas mútuas entre as estudantes; quadro de palavras, entre outras metodologias que auxiliem a compor o material, trazendo a experiência individual de cada uma e coletiva da turma.

5.11 Quadro de pessoal

O corpo docente vinculado ao curso será selecionado antes do início da oferta do curso a partir de edital específico. A formação exigida e os pré-requisitos serão definidos a partir da especificidade de cada módulo, mas deverão considerar formação acadêmica e/ou experiência profissional na área da disciplina.

O quadro a seguir apresenta o nome e a formação da coordenadora adjunta do programa Mulheres Mil no campus e da Supervisora do Curso.

Servidor	Formação	Vínculo	Atuação
Paula Porto Pedone	Graduação: Biblioteconomia Especialização <i>Lato sensu</i> Gestão Administrativa em educação Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica (em andamento)	Servidora Técnico- administrativa em educação efetiva. Cargo: Bibliotecária Supervisora do curso	Gestão de Ensino - Biblioteca
Thaís Teixeira da Silva	Graduação: Comunicação	Servidora Técnico-	Comunicação

	Social - Jornalismo e Direito (em andamento) Especialização <i>Lato Sensu</i> em Gestão Cultural Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica	administrativa em educação efetiva. Cargo: Produtora cultural Coordenadora adjunta do Programa Mulheres Mil no Campus Restinga	/ Diretoria de Administração (em exercício)
--	--	--	---

5.12 Infraestrutura

O Campus Restinga possui uma área total de 79.209,89 metros quadrados onde estão construídos seis (6) blocos, uma quadra poliesportiva coberta, quadra de areia, estacionamento e áreas de lazer/pomar/horta que oferecerão, direta ou indiretamente, toda a infraestrutura necessária à realização dos cursos vinculados ao Programa Mulheres Mil. O Campus possui 13 laboratórios estruturados e distribuídos entre os blocos 4 e 5. Os cursos vinculados ao Programa Mulheres Mil terão à disposição a seguinte infraestrutura: 14 salas de aula, uma sala de estudos e co-working, laboratório de hardware e redes, laboratório de eletrônica de potência, laboratório de eletricidade, laboratório de instrumentação, laboratório de tecnologia assistiva e oficina, laboratório de eletrônica digital, quatro laboratórios de informática com 40 computadores cada, laboratório de pesquisa e inovação (Inovalab), sala de artes, laboratório de idiomas, laboratório de ciências, laboratório de gestão e negócios, sala de jogos e de dinâmica em grupos, biblioteca, auditório para 250 pessoas, mini auditório para 80 pessoas, e incubadora tecnológica social. A Biblioteca do Campus Restinga conta com área total de 300 metros quadrados para o acervo e salão de leitura. O acervo bibliográfico é composto por mais de 3060 títulos e 7980 exemplares de livros. Além disso, está sendo construído um Laboratório de Agroecologia. Além dos espaços físicos, o campus possui 06 máquinas de costura, que poderão ser utilizadas pelo curso proposto.

Para o curso, será necessária a disponibilização de:

- 01 (uma) sala de aula;
- 01 (um) Laboratório de informática para as aulas de Inclusão digital;
- 06 (seis) máquinas de costura;
- 01 (um) sala como espaço de recreação;
- Material didático-pedagógico previsto no item 8.9.

5.13 Certificação

Os certificados dos cursos do Programa Mulheres Mil deverão ser conforme orientações da SETEC/MEC, desde que obtidos os requisitos previstos nos itens 5.6 e 5.10.

6 CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos pela equipe sistêmica do Programa Mulheres Mil no âmbito do *Campus Restinga* do IFRS.

7 REFERÊNCIAS

BATISTA, A. C. O. et al. **Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito**. Brasília: Ministério da Educação, 2011. 2.

Ministério da Educação. **Guia Pronatec de Cursos FIC** (versão 2016). Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36436-guia-pronatec-de-cursos-fic>.

Presidência da República. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 30 dez. 2008.